



► Menu principal



Pesquisa Geral

OK

Brasília, Sexta-Feira, 22/3/19

A Pró-Yanomami

Os Yanomami

Notícias

Documentos

Programas

Depoimentos

Bibliografia

► Pesquise por Tema

Todos

Selecione o Período:

De Jan ▼ 1970 ▼

Até Mar ▼ 2019 ▼

Listar Resultados

► Veja também:

**Cartografia Yanomami**

A Terra Indígena Yanomami vista do espaço

especial **Arté com os Yanomami**



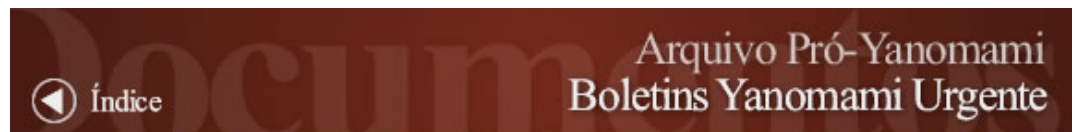
Acesse o folder CCPY

CCPY  
COMISSÃO  
PRÓ-YANOMAMI

## Documentos

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou "históricos", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● Arquivo Pró-Yanomami



### Boletim Yanomami Urgente Nº 15 - 29 de Outubro de 1990

#### NOVO PRAZO PARA DINAMITAÇÃO DAS PISTAS CLANDESTINAS

Como era esperado, o segundo plano de dinamitação das pistas de pouso clandestinas e expulsão dos garimpeiros do território Yanomami não foi implementado antes das eleições de 3 de outubro - apesar das promessas de que teria início em fins de setembro.

Em 10 de outubro foi anunciado que a Polícia Federal havia dinamitado duas pistas de pouso, Brasil Novo e Majestade, localizadas na área de Surucucus, a cerca de 380 quilômetros de Boa Vista. A pista Cassiterita, que pertence ao líder garimpeiro José Altino Machado, foi dinamitada em 11 de outubro.

Para impedir que houvesse reinvasão da área, como ocorreu depois que o governo dinamitou 14 pistas de pouso clandestinas em maio, Sebastião Amâncio, coordenador do plano, anunciou que valas profundas seriam cavadas dos lados e no eixo de cada pista de pouso e usadas para o plantio de frutas cítricas e castanha do Pará. A meta do governo é dinamitar 48 pistas de pouso em 90 dias.

Os 150 milhões de cruzeiros prometidos em agosto passado ainda não foram totalmente liberados. Cerca de 19 milhões de cruzeiros liberados já foram usados para comprar alimentos; e pagar salários. Não foram suficientes para comprar sequer os explosivos necessários para a operação, que foram doados por uma firma de São Paulo, conforme informou o administrador regional da Funai, João Nicolli Soares. Ele afirmou que sem a distribuição dos fundos restantes entre as agências responsáveis pela explosão das 100 pistas de pouso ilegais, dificilmente a operação se completará.

A opinião da CCPY é que enquanto o governo Collor não revogar o decreto que criou as reservas garimpeiras ilegais dentro do território Yanomami, a dinamitação das pistas de pouso clandestinas continuará a ser, infelizmente, apenas um show de mídia.

Uma nova decisão da Justiça Federal reforçou, em setembro passado, a medida provisória que sustenta a defesa de uma área contínua no território Yanomami. Esta medida está baseada no decreto nº 1817 (Funai, 08/01/85) que solicita o reconhecimento de uma área de terra contínua de 9.4 milhões de hectares como território Yanomami. O Presidente Fernando Collor de Mello tem ainda que revogar os decretos do Presidente Sarney que criaram as reservas garimpeiras ilegais e dividiram o território Yanomami em 19 "ilhas".

Se o Presidente Collor quiser que sua retórica se transforme em realidade terá que revogar os decretos de Sarney e aceitar a proposta de 1985 para a criação de um Parque Yanomami

Carlos Victor Muzzi, Sub-Procurador da República, disse que os garimpeiros que forem encontrados pela Polícia Federal de agora em diante na área Yanomami serão imediatamente presos. Muzzi afirmou que eles podem ser acusados de invasão de terras indígenas, desobediência, prática de atividade ilegal e até genocídio porque "há indicações de que o genocídio está sendo praticado", disse ele.

Mesmo que a Polícia Federal consiga ter sucesso na dinamitação de todas as pistas de pouso clandestinas, a CCPY teme que a retirada de todos os garimpeiros da área Yanomami sirva apenas para favorecer o estabelecimento de empresas de mineração na área, uma jogada que certamente seria do interesse do governo. A expulsão total dos garimpeiros seria como a calmaria antes de outra tempestade, ou como a troca de um demônio por outro.

### **MELHORA NO ESTADO DE SAÚDE DOS YANOMAMI**

De acordo com o gabinete da Procuradoria Geral da República, que enviou observadores às áreas de Surucucus e Paapiú, houve uma relativa melhora na situação de saúde em algumas comunidades Yanomami onde a assistência médica foi mais constante.

Na área do Paapiú isso representou uma queda no número de casos de malária de 90% para 10% da população, segundo informou Marcos Guimarães, chefe nacional do serviço de saúde da Funai. Este fato apenas prova a necessidade da retirada completa e permanente dos garimpeiros invasores.

Alguns garimpeiros deslocaram-se para a área dos índios Macuxi, que vivem também em Roraima, a nordeste do território Yanomami. O chefe de saúde da Funai acredita que isto vai representar um aumento no número de enfermidades, tais como malária, entre os Makuxi. Onde quer que os garimpeiros vão trazem visivelmente consigo sofrimento e morte. A presença deles não pode ser permitida.

### **VENEZUELA TAMBEM SOFRE DESTRUIÇÃO COM INVASÃO GARIMPEIRA**

A destruição que acompanha os garimpeiros não está contida dentro das fronteiras brasileiras.

Nove garimpeiros brasileiros foram presos dia 23 de setembro pela polícia venezuelana e permanecem sob custódia. A pista de pouso, segundo afirmam, está localizada na Venezuela e as autoridades de lá alegam que 2.000 quilômetros de suas terras foram devastados por garimpeiros que entraram na Venezuela para explorar ouro e minerais preciosos.

O presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, recentemente propôs a criação, em seis meses, de uma reserva para os 14.000 Yanomami de seu país.

### **GARIMPO TEM APOIO HISTORICO DE CANDIDATOS ESCOLHIDOS**

Os dois candidatos a governador de Roraima que passarão pelo segundo turno das eleições em 23 de novembro são Ottomar de Souza Pinto, que recebeu 39.29% dos votos e Romero Jucá Filho, com 32.59%. Um porta-voz do governador indicado, Rubens Villar, disse que o governador dará seu apoio a Souza Pinto, candidato conhecido da CCPY por ter apoiado durante anos a mineração.

Os senadores eleitos são Hélio da Costa Campos, Maria Marluce Moreira Pinto e César Augusto de Souza Dias, um médico. José Altino Machado não foi eleito para senador.

Entre os oito deputados federais eleitos estão Maria Teresa Saens Surita Jucá, mulher de Romero Jucá Filho e Antônio Júlio Cabral, filho do recentemente afastado Ministro da Justiça. A maioria dos que foram eleitos deputados estaduais e se posicionaram sobre a questão indígena também têm tendências políticas a favor da extração mineral.

### **TRIBUNAL LELIO BASSO**

Dia 11 de outubro começou em Paris o Tribunal Lelio Basso, um fórum internacional sobre ecologia. Teve por objetivo conduzir um "julgamento" da política indígena no Brasil. Entre os participantes estavam o senador Severo Gomes, o deputado federal Fábio Feldman, Davi Kopenawa Yanomami, o jurista Dalmo Dallari e José Roberto Santoro, promotor público ativo na causa Yanomami.

O depoimento do senador Severo Gomes incluiu comentários sobre o progressivo "extermínio" dos Yanomami nos últimos cinco anos. Em seu discurso ele afirmou: "Essa conjuntura, se bem conhecida e estendida às últimas consequências políticas no governo Sarney, não se alterou substancialmente com o novato presidente Collor de Mello, forte na retórica e nas demonstrações publicitárias, com escopo de angariar simpatias e apoio econômico, mas pobre na decisão de, efetivamente, mudar os rumos do problema."

### **DAVI E GRUPOS DE APOIO AO YANOMAMI FAZEM DENUNCIA EM PARIS**

Enquanto estava em Paris para participar do Tribunal Lelio Basso, realizado de 11 a 16 de outubro, Davi Kopenawa Yanomami se reuniu com a presidenta da France Libertés, Danielle Miterrand, para denunciar a presença de garimpeiros na área Yanomami. Ele pediu à Sra Miterrand que pressionasse o governo brasileiro a reconhecer o território Yanomami, a expulsar os garimpeiros e a providenciar assistência médica urgentemente para os Yanomami.

Durante o Tribunal Lelio Basso - "Tribunal Permanente dos Povos", um grupo de juristas dedicados à "defesa dos direitos e da liberdade dos povos" realizou um júri simbólico para julgar se o Brasil é culpado de genocídio contra povos indígenas.

Davi e o Senador Severo Gomes demonstraram claramente em sua apresentação a crítica situação que os Yanomami estão experimentando. O "júri simbólico foi incapaz de chegar a um veredito devido à falta de documentos legais que provassem a intencionalidade de genocídio por parte do governo brasileiro.

Em um documento de 42 páginas distribuídos depois do "julgamento", o Tribunal advertiu "Se medidas adequadas não forem tomadas com urgência a intenção de destruir um grupo poderá ser demonstrada".

O que é importante não é tanto provar se há ou não intencionalidade em praticar o genocídio por parte do governo brasileiro, mas o fato de que o genocídio está ocorrendo e continuará a ocorrer se o governo Collor não respeitar a Constituição.

### **CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI DEPENDE DO PRESIDENTE COLLOR**

O Presidente também receberá do recém empossado Ministro da Justiça Jarbas Passarinho o esboço de uma proposta da Funai solicitando a revogação dos.:

1. Decretos 97.512 e 97.530 (16 de fevereiro de 1989) que reduziram a área total Yanomami a 2.4 milhões de hectares, compreendendo 19 áreas descontinuas ou "ilhas".
2. Decreto nº 98.890 (25 de janeiro de 1990) e decretos nº 98.959 e 98.960 (15 de fevereiro de 1990) que criaram reservas garimpeiras dentro do território Yanomami.

A proposta da Funai é, a mesma da Portaria 1817E de 1985, que contou com a participação da CCPY durante sua elaboração. A proposta foi assinada pelo então presidente da Funai, Nelson Marabuto, e engavetada. É irônico que o atual presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, apoie esta proposta, depois de ter anunciado sua aprovação às 19 "ilhas" no território Yanomami. Certamente foi forçado a apoiá-la devido não só à pressão internacional como também à pressão exercida pelo Ministério Público para limpar a área Yanomami de seus invasores.

Antes que o Parque Yanomami possa ser criado, os decretos que criaram as 19 "ilhas", as florestas nacionais e as reservas garimpeiras precisam ser revogados. Só então os Yanomami poderão ter o reconhecimento legal de propriedade dos 9.4 milhões de hectares que sempre foram seus por direito.

### **DINAMITAÇÃO DE PISTAS CLANDESTINAS AINDA NÃO É SUFICIENTE**

O Presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, disse a semana passada que 48 pistas de pouso clandestinas seriam dinamitadas até 28 de dezembro, data que marca o final da primeira fase da "Operação Yanomami". Diz-se que centenas de garimpeiros já deixaram a área Yanomami. O Gabinete do Ministério Público requereu ao Departamento de Aviação Civil (DAC) que fechasse sete pistas de pouso ilegais que estão localizadas em torno da capital de Roraima e estão sendo usadas para transportar combustível e alimentos para os garimpeiros na área Yanomami.

Davi Kopenawa ainda não se convenceu de que tudo o que é possível está sendo feito para salvar os Yanomami. Numa recente viagem a São Paulo ele disse que só a dinamitação das pistas de pouso não resolverá o problema.

"O governo não acabou com as doenças. O governo Collor tem que tirar da área o equipamento dos garimpeiros, que eles esconderam na floresta, Dentro de dois ou três meses eles estarão de volta", disse ele.

"O governo Collor não está preocupado com os índios. Eles querem as riquezas da floresta; eles querem dinheiro. Eu tenho medo que o governo tire os garimpeiros e daí as grandes empresas de mineração entrem."

O Departamento Nacional de Produção Mineral, em conjunto com O IBAMA e as empresas estatais de mineração, começou a fazer um registro nacional de garimpeiros, que servirá para definir a política do garimpo no Brasil.

Consta que há no Brasil 19 áreas destinadas exclusivamente à mineração 90% das quais estão na Amazônia. Roraima tem 4 dessas áreas.

### **BISPOS BRASILEIROS FAZEM JEJUM EM DEFESA DOS YANOMAMI**

Os bispos da Regional Norte da CNBB convidaram todas as igrejas a participar do programa "Grito pela vida na Amazônia", de 26 a 28 de outubro. Os bispos queriam mostrar sua preocupação com os Yanomami, que têm sido vítimas de tantas agressões e enfermidades.

A data foi escolhida porque marca o primeiro aniversário da liminar da Justiça Federal que interditou a área indígena Yanomami, exigindo a retirada incondicional dos garimpeiros. Os bispos pediram ao povo que se juntasse a eles na denúncia ao governo através da oração e do jejum.



---

Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar e-mail para o escritório central da Comissão Pró-Yanomami no seguinte endereço:

[proyanomamidf@proyanomami.org.br](mailto:proyanomamidf@proyanomami.org.br)

Financiador: \_\_\_\_\_

### **Boletins & Comunicados**

Acesse os anteriores ou cadastre-se para receber periodicamente



---

Comissão Pró-Yanomami 2004 - A comissão incentiva a veiculação dos textos desde citadas as fontes.